

A geometria através das artes nas unidades prisionais

 [10.56238/sevedi76016-009](https://doi.org/10.56238/sevedi76016-009)

Gilmar Antônio de Oliveira

E-mail: diveira50@gmail.com

RESUMO

O referido trabalho aborda sobre o tema a geometria nas aulas de Matemática através das artes. Como proposta para melhoramento nessa disciplina e uma forma de intervenção no espaço de aula, a qual faz

parte da formação continuada dos educadores na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

ABSTRACT

This paper discusses the theme of geometry in mathematics classes through the arts. As a proposal for improvement in this discipline and a form of intervention in the classroom, which is part of the continuing education of educators in the modality Education for Youth and Adults - EJA.

1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho aborda sobre o tema a geometria nas aulas de Matemática através das artes. Como proposta para melhoramento nessa disciplina e uma forma de intervenção no espaço de aula, a qual faz parte da formação continuada dos educadores na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Nesse sentido, procuramos dar ênfase ao conteúdo proposto, como forma de melhoramento de nossas práticas pedagógicas nessas aulas e, como contribuição para o ensino aprendizagem dos nossos educandos nessa modalidade de ensino.

Segundo Juarez Dayrell (1996. p.144):

[...] os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente fruto das experiências vivenciadas dentro de um campo de possibilidades de cada um.

Assim como em outros Estados, o nosso Estado da Paraíba também faz parte das políticas públicas educacionais voltadas à educação de jovens e adultos, situada em João Pessoa, onde o Estado implantou uma modalidade da EJA através do Programa Projovem Urbano Prisional, assim como outros programas com suas especificidades e dificuldades, procuramos adequar da melhor forma possível.

Por esse motivo, nós educadores sempre buscamos nos aperfeiçoarmos. Diante o exposto, como profissionais envolvidos nessa questão de formar cidadãos, procuramos cursos que nos oriente a aplicarmos nossa didática cada vez melhor, para o atendimento de nossa clientela em questão.

A Matemática faz parte do currículo do Projovem Urbano nas unidades Prisionais. Pensando neste contexto, entendemos que nosso local de trabalho é desprovido de ferramentas, mesmo assim não deixamos de aplicar o conteúdo necessário ao curso e, temos que adaptá-los ao momento e espaço, sendo flexível para que o jovem entenda e possa participar da melhor maneira possível.

Nesse sentido as unidades formativas 1 e 2 que traz como eixo central “Juventude e Cultura” e “Juventude e Cidade” propõe ao educador de Matemática que elabore aulas com foco nos aspectos da convivência social que compõem a identidade cultural do jovem na cidade. Interagindo o tema do assunto

com a realidade vigente, fazendo com que os conteúdos possam fazer parte do processo de ensino, formação e cidadania desses jovens reeducando.

Tivemos como objetivo geral desse projeto abranger as formas geométricas adaptando-as na vivência do aluno privado de liberdade, para que ele pudesse entender o conteúdo lecionado na prática, analisando e comparando no entorno de seu convívio, ou seja, uma intervenção, favorecendo a idealização do tema em questão. E como objetivos específicos, mostramos aos jovens encarcerados, tanto nos espaços privados de liberdade para que eles pudessem entender como a geometria faz parte do nosso dia a dia, como também das nossas vidas. Mostrando novas maneiras de estabelecer os conteúdos através da política penitenciária, como também identificar o direito dos jovens e adultos no contexto de privação de liberdade, enquanto direitos humanos.

Não é possível transformar o País, humanizá-lo, democratizá-lo, torna-lo sério com jovens brincando de matar pessoas, ceifando vidas, acabando sonhos, tornando inviável o amor, ficando parte de suas vidas em um cárcere privado de liberdade. A educação é um direito, e um dever que o Estado tem de proporcionar aos cidadãos, diante desse fato entendemos que:

“Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, P.31).

Nessa propositura, nós educadores precisamos pensar em uma educação contínua, que seja ofertada ao cidadão como direito. Isso requer do educador progredir em qualidade no ato de educar, pesquisando sua profissionalização, compartilhando com sua experiência cotidiana.

Temos sempre que agregar estudos de conhecimento, dar o devido valor ao objeto do trabalho – humano, para que ele possa ser incluído no mundo globalizado, cooperando e buscando sempre seu bem estar.

Segundo Nunes (2002, p.45):

O grande desafio é fazer com que os docentes consigam [...] desenvolver um trabalho direcionado para o ideal de formação, que dote os jovens de capacidade de apropriar-se do conhecimento como instrumento criativo de inserção crítica na sociedade.

É só através dos estudos que os jovens poderão transformar a sociedade, assegurando um futuro promissor. É pertinente lembrar que se encontra no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), onde está escrito que toda pessoa tem direitos peculiar a sua natureza humana, o qual deve ser respeitado a sua dignidade para garantir e propiciar a evolução de sua potência de forma livre, autônoma e plena.

FOTO 1- O ensino nas prisões



Fonte: Próprio autor, 2019

Dessa forma a presente intervenção vem demonstrar um ensino aprendizagem que conduz esse educando ao raciocínio crítico, ao pensar sobre os problemas humanos e, por si só, induzi-los a pensar sobre a sua própria condição sócia educativa, e poder interagir na sociedade como ser pensante.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de caráter intervencionista teve como finalidade implantar métodos de melhoria nas práticas educativas, promovida nas aulas de Matemática na modalidade EJA sob a coordenação do Estado da Paraíba no presídio na cidade de João Pessoa.

Sob esse ponto vista São Paulo explica que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SÃO PAULO, 1998, P.1).

Frente ao enunciado, especificamente os jovens são uma parte da população os quais precisam de atenção, visto que os mesmos zelem e trabalhem pelo desenvolvimento do País.

Nesse contexto, visando um crescimento na educação escolar desses jovens, como parte de uma política pública social voltada para a juventude, proporcionamos aplicar como engrandecimento nesse processo de ensino uma intervenção na turma do ProJovem Urbano Prisional (Ensino Fundamental), com 20 alunos matriculados no Presídio de Segurança Silvio Porto em João Pessoa-PB, de modo que obtivéssemos melhoramentos sócio educativo.

Os alunos dessa turma possuem idade entre 18 e 29 anos, todos do sexo masculino, alguns casados, a maioria é solteiro, 40% tem filho, os jovens em sua maioria vem do interior do Estado, e alguns de cidades de outros Estados. Viviam sem trabalho e vulnerável na sociedade, apenas 4% tinha contrato de trabalho. OS jovens apresentaram dificuldades em ir à escola. Alegando não ter vontade devido ao envolvimento com drogas, roubos e mortes.

Alguns alegam a volta aos estudos para remição da pena, outros para concluir o ensino fundamental e prosseguir nos estudos, e quem sabe até chegar a uma faculdade, em sua maioria não apresentaram

religião, e apenas 10% se apresentaram como católicos alguns apresentaram arrependimento, com pretensão de serem inseridos novamente na sociedade.

A escolha do tema foi muito pertinente, pois envolveu conteúdo considerado complexo para os jovens.

O tema em questão: A geometria através das artes, utilizada para a realização desse processo de intervenção levou em consideração a interdisciplinaridade como apoio e interligação com outras disciplinas, envolvemos a arte, utilizando desenhos para confeccionar os mesmos, se utilizou da história quando colocamos figuras que fazem parte das cidades e sua localização que está dentro da geografia, como também a língua portuguesa através da escrita e leitura quando ministrada as aulas, a contextualização para apresentação do tema, a diversidade para aproveitar o entorno do ambiente e incluir lugares que não se percebiam, desse modo tornando a aula mais agradável e interessante na aprendizagem dos mesmos, fazendo parte da formação e cidadania no contexto dos direitos humanos.

Nós educadores precisamos ter consciência que trabalhar com jovens e adultos “requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente” (ABACHE, 2001, p.19)

Dando continuidade ao processo, as aulas de geometria se tornaram agradáveis, com construção de figuras planas confeccionadas em cartazes e cartolinas, produzidas pelos próprios educandos, para um melhor entendimento do conteúdo.

Foi uma estratégia que melhorou bastante as aulas, utilizamos os espaços os quais os jovens estão inseridos e o processo avaliativo se tornou mais dinâmico, mais participativo e apresentou um desenvolvimento significativo e produtivo nas aulas de matemática, reiterando nesse sentido a inclusão de fato desses jovens, no processo de ensino formação e cidadania, no contexto sócio educativo privado de liberdade no cárcere.

De acordo com Luckesi (2006):

A avaliação da aprendizagem neste contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino-aprendizagem (o sucesso não vem de graça). (LUCKESI, 2006, p.175).

Acreditamos que quando procuramos melhorar nossa prática pedagógica, o ensino aprendizagem torna-se mais atraente, no sentido de aprendizagem, pois nossos educandos percebe essa diferença e faz acontecer realmente o que se espera dessa clientela.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação para todas as pessoas é sempre possível e, portanto, não citamos apenas algumas habilidades, mas a capacidade do desenvolvimento integral de cada um em sua totalidade levando em consideração aspectos: físicos, psíquicos e cognitivos.

De acordo com Correia (2008):

Com a educação inclusiva surgem maiores exigências e desafios para as escolas e para os professores. É necessário que, os intervenientes educativos implementem um currículo que corresponda às características dos alunos. Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca a própria escola e aos serviços de apoio. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos; trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica, são algumas das tarefas fundamentais em que os professores, independentemente das suas funções específicas, se devem envolver de forma activa e colaborante, (CORREIA, 2008, P.47).

Diante o exposto fica notório que, para uma melhor evolução e sistematização de ensino e aprendizagem, o professor busque alternativas de apoio no sentido de melhoramento da sua prática pedagógica, adaptando os espaços escolares, currículos em atendimento as diversidades e necessidades dos alunos. Inovando e procurando apoio e cursos de aperfeiçoamento que seja adequado para o seu apoio e direcionado a inovação pedagógica no ensino.

Nesse contexto procuramos implantar a intervenção na modalidade da EJA em atender os educandos de maneira diferente e que atendesse as suas expectativas.

Para tanto decidimos aplicar um novo método que despertasse o aluno e desse um novo sentido nas aulas de Matemática.

As atividades que foram realizadas no período da intervenção foram bastante satisfatórias. Onde ficou notório o recebimento das estratégias adotadas e pude observar o envolvimento dos alunos com mais entusiasmo e participação. O interesse aumentou em relação às aulas de matemática, através da participação ativa nos conteúdos apresentados que antes até então não era percebido.

Posto as novas práticas para a execução das atividades, tivemos alguns desafios em relação ao espaço em que os jovens se encontravam no momento privado de liberdade, os agentes prisionais se opuseram a ajudar devidos os alunos ficarem aleatórios dentro do cárcere, pois havia pouco efetivo em dar apoio.

No começo esses desafios foram pertinentes, onde os agentes vamos dizer que tinham certa resistência em nos apoiar.

Mas conversamos com o diretor do Presídio Silvio Porto Sr. Idenilson, ele nos deu apoio e reforçou o efetivo para nos acompanhar nessa missão de educar no cárcere.

O educador ao trabalhar em sistema prisional deve atentar que suas práticas necessitam ser disciplinada em valores, solidários, humanos e éticos, pesquisando assim, excelentes condições de melhoria no sentido de crescimento para o detento por que segundo Costa (2008):

A socioeducação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral do pessoal do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (COSTA, 2006, p.23).

Independente da modalidade de ensino, o educador deve envolver as qualidades particulares dos alunos, a realidade em que se encontram, e executar seu ofício comprometido no tocante a ressocialização e cidadania, trazendo meios e buscando soluções para transpor os obstáculos que por ventura se apresentem.

Entende-se e é notório que o local de estudos, ora em atendimento a crianças, jovens e adultos, até mesmo em espaço de privação de liberdade, deve ser concebido como um lugar de encontro para socializar ao mundo que, o saber é simplesmente um dos elementos para a sua dignidade. É necessário acabarmos com a convicção tradicional e simplicista de escola, onde o objetivo central está no efeito de conteúdos pragmáticos e diversas vezes descontextualizados do âmbito o qual estamos inseridos, em especial no mundo atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo em questão ficou evidente que houve contribuição e mudanças tanto na prática educativa dos educadores como na do educando, havendo uma transformação no modo de ver e reagir. Comprovamos e ficou evidente a participação de maneira benéfica ao serem deparados com o novo.

Dessa forma demonstramos que as políticas públicas educacionais direcionadas ao EJA, podem ser sim alcançadas e formalizadas através de nossas práticas educativas, onde seja levada em consideração a inclusão de todos sem exceção.

Consideramos que a atribuição do educador é de ir além de qualquer transferência de conteúdos, ou melhor, conteúdos não se transferem. O Problema:

[...] não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode; é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática social de que ele faz parte. É reconhecer que a educação, não sendo a chave, a alavanca da transformação social, como tanto se vem afirmando, é, porém, indispensável à transformação social (FREIRE, 2001, p. 98).

Destacamos como positivo a aprendizagem no decorrer do curso, levando em consideração todo esse processo intervencionista que nos foi proporcionado, aprendemos e conquistamos novos métodos para serem aplicados, como também serviu de crescimento pessoal e profissional.

Serviú de enaltecimento pode participar e progredir nesse contexto da EJA o qual nos mostrou que podemos sim trabalhar a diversidade de forma igual para com todos e a inclusãõ de maneira normal com suas deficiências ou não, porém sendo norteadores para uma dimensão educativa em nossa sociedade.

Nesse sentido recorreremos a Onofre onde encontramos a seguinte afirmação sobre a escola:

“é possível concluir, então, que a escola no presídio guarda especificidade que a diferenciam de outros espaços e que a sociedade dos cativos mantém expectativas de ter acesso aos conhecimentos e ao preparo para o convívio social” (ONOFRE, 2007, p. 12).

Consideramos que a atribuição do educador é de ir além de qualquer transferência de conteúdos, ou melhor, conteúdos não se transferem. Portanto fazemos parte na evolução e transformação do aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual, através da educação construímos sua identidade.

Sendo assim, ao analisar a importância e o significado desse processo de intervenção na educação inclusiva, percebeu-se a sua precisão para os mais diversos tipos de aprendizes, porquanto lhes asseguram a oportunidade de um ensino igual, justo, sem preconceitos, eficaz e democrático. Não obstante, para isso, existem inúmeras barreiras ainda a serem vencidas.

Portanto, a educação inclusiva pode ser vista como uma verdadeira revolução no processo de ensino, onde todos têm o dever de participar, reunindo esforços para que ela cada vez mais se firme nos seus propósitos de oferecer um ensino de qualidade, permeado de princípios de igualdade, solidariedade e democracia.

Neste contexto, ficou notório o entusiasmo, o esforço e interesse desses alunos registrado como segue abaixo.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica.** Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

CORREIA, L.M. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais** - Um guia para educadores e professores. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação de Aprendizagem Escolar.** 18º ed. São Paulo: Cortez 2006.

NUNES, Clarice. História da Educação: **Interrompendo a prática do ensino e da pesquisa.** In: LOPES, Ana Amélia B. M. et al (Org.) História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 38-57.

ONOFRE, Elenice Maria C. (Org.). **A educação escolar entre as grades.** São Carlos/ SP: EDUFSCAR, 2007.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado de Educação: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.9394/96. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1998.

ANEXOS

ANEXO A – FOTOS DA INTERVENÇÃO NA EJA

Presídio Silvío Porto – JP/PB

FOTO 2 – Construção das figuras



Fonte: Próprio Autor - 2019

FOTO 3 – Arte e geometria



Fonte: Próprio Autor – 2019

FOTO 4 – Figuras Prontas



Fonte: Próprio Autor - 2019